

“SÓ ATRASA O NOSSO CORRE”:

REFLEXÕES DA JUVENTUDE TRABALHADORA E SUA RELAÇÃO COM O NOVO ENSINO MÉDIO

Aline Lebens¹
Isabelle Piaia²
Alexandre Maurício Matiello³
Dionata Luis Plens da Luz⁴

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade realizar uma breve análise dos relatos da juventude trabalhadora da cidade de Chapecó acerca da problemática do Novo Ensino Médio, coletadas através de uma intervenção realizada com alunos da EEB Bom Pastor. Os elementos centrais da análise são os relatos dos estudantes, consultados de forma anônima, os quais manifestaram opiniões, experiências e expectativas sobre as vivências na escola pós implementação do Novo Ensino Médio (NEM), tendo como elementos principais, a escola, o aluno trabalhador e o sistema educacional permeado pelas prerrogativas da Lei 13.415 (BRASIL, 2017), que trata da reforma do Ensino Médio.

Justifica-se aqui a análise do eixo escola X mundo do trabalho, partindo da compreensão de que essa parcela populacional compõe um número bem expressivo e representativo da realidade da população brasileira. O estudante da educação básica pública trabalhador é, em sua grande maioria, reflexo da dinâmica das classes econômicas mais baixas da sociedade.

Salientamos aqui, que para a compreensão da dinâmica da juventude trabalhadora, é basilar uma avaliação da dinâmica da sociedade moderna de classes, com interesses antagônicos e contraditórios, onde os valores e interesses sociais, culturais e políticos são orientados e percebidos socialmente de acordo com a classe de cada indivíduo. A educação e a escola, na posição de instituição social, ocupam um espaço de enfoque, na medida de que não possui neutralidade (TOZONI-REIS, 2009).

Nesse sentido, compreender a natureza da relação dos estudantes que ocupam postos de trabalho, ao cursar a educação pública em simultâneo, é essencial para perceber as implicações no processo educativo. A partir dessa pesquisa, os dados foram compilados no presente trabalho a fim de produzir uma reflexão sobre os temas abordados.

De um ponto de vista teórico, propõe-se uma breve apresentação da legislação educacional vigente, assim consideramos a Lei 13.415 (BRASIL, 2017), que altera as Leis 9.394/1996, relativa às Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei 11.494/2007, como base. Observamos aqui, em especial, um aspecto impactante da

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura/ Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Campus Chapecó. Bolsista PIBID/Sociologia

² Acadêmica do Curso de Ciências Sociais- Licenciatura/ Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Campus Chapecó.

³ Professor do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura/Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Campus Chapecó Coordenador do PIBID/Sociologia – UFFS/Campus Chapecó

⁴ Prof. de Sociologia na rede pública estadual de SC/ Supervisor do PIBID/Sociologia – UFFS/Campus Chapecó

proposta de lei, relativo a progressiva ampliação da carga horária do Ensino Médio até que se torne ensino de tempo integral. Este é o principal motivo de conflito expresso pelos estudantes através dos relatos coletados, a dinâmica de carga horária e sua relação com as rotinas dos estudantes com responsabilidades laborais.

1 METODOLOGIA

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa que, segundo Mirian Goldenberg (2004), trabalha de maneira oposta à naturalização dos fenômenos da sociedade, ideia esta, ligada ao positivismo, corrente de pensamento proveniente do século XIX, de Augusto Comte. Enquanto o positivismo estabeleceu uma ideia de hierarquização das ciências, e propôs as ciências humanas ligadas às lógicas das ciências físicas, através da busca de padrões e leis para explicar as relações entre os seres humanos, a pesquisa qualitativa vai diretamente ao seu desencontro. O método qualitativo se ocupa em estudar e interpretar os fenômenos sociais em sua individualidade e complexidade.

A atividade que serve como base para as análises teóricas realizadas trata-se de uma intervenção realizada como campanha informativa durante o recreio escolar na manhã do dia 12 de julho de 2023 na Escola de Educação Básica Bom Pastor situada no bairro central da cidade de Chapecó/SC, por parte dos alunos bolsistas e voluntários do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da área de Sociologia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - *Campus Chapecó*. Cientes da problemática envolvendo o Novo Ensino Médio, a intervenção surge com o objetivo de promover uma campanha informativa apresentando, por meio de um flyer, três motivos que justificam a necessidade da revogação do Novo Ensino Médio. Ainda, foi disponibilizada uma caixa para que os estudantes tivessem a oportunidade de expressar suas opiniões, experiências e expectativas em relação ao NEM.

No momento de conclusão da atividade, foram coletados quarenta e quatro relatos, escritos à mão e posteriormente transcritos digitalmente e sistematizados. Destes, um apresentava caráter sugestivo, um positivo e a totalidade dos demais, apresentavam conotações negativas. Durante a sistematização, os mesmos passaram por um processo de subdivisão, organizando-se em 5 eixos temáticos: 1. Carga horária; 2. Itinerários formativos e eletivas; 3. Formação de professores; 4. Inadequação das metodologias e 5. Relação escola X mundo do trabalho; este último preferido para a análise do presente trabalho.

2 DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

A atividade denominada “*Intervenção contra o NEM*” foi realizada pelos pibidianos de Sociologia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus Chapecó*, durante o intervalo escolar, com o acompanhamento do professor coordenador do projeto, Alexandre Maurício Matiello, e do professor supervisor Dionata Luis Plens da Luz, tendo como principal objetivo a realização de uma campanha informativa e de conscientização sobre os principais problemas do NEM e a importância de se unir na luta pela sua revogação.

Para a ação, os pibidianos dialogaram com os estudantes sobre o assunto, distribuindo *flyers* informativos, contendo os principais motivos para a Revogação do NEM, e coletando relatos anônimos que evidenciam as suas opiniões a respeito do tema, depositando-os, em seguida em uma caixa de relatos.

Posteriormente, os relatos coletados foram contabilizados, somando-se quarenta e quatro, transcritos digitalmente e categorizados em 5 eixos temáticos, já elucidados no tópico anterior. Diante destas, e tendo como foco a categoria 5. Relação escola X mundo do trabalho, selecionamos cinco relatos para posterior discussão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este trabalho aborda as percepções dos estudantes pertencentes à população juvenil brasileira envolvida com o trabalho na idade correspondente ao Ensino Médio. Naquilo que diz respeito à sua relação com o trabalho em frente a aplicação das demandas do NEM, com base na pesquisa descrita anteriormente. Observamos tal dinâmica, cientes de que no cenário brasileiro:

[...] o ingresso precoce no mercado e a conciliação e superposição de estudo e trabalho. Aqui, boa parte dos jovens envolve-se com o trabalho e, especialmente, com os bicos desde muito cedo, mobilizando múltiplas estratégias para ganhar a vida. Desde os anos 1980, vários estudos já evidenciavam que o processo de expansão do ensino não havia retirado o jovem do mercado de trabalho. É o jovem trabalhador que se torna estudante” (CORROCHANO, 2014, p. 213 *apud* FRANZOI, *et al.* 2019. p. 7)

Reconhecendo o histórico apresentado, observa-se através dos relatos coletados que no âmbito dos participantes da atividade na EEB Bom Pastor, é grande o percentual de jovens nessa faixa etária que se dedicam ao trabalho concomitantemente aos estudos. Diante dos relatos obtidos, podemos destacar uma relação forte entre as críticas à carga horária do NEM e a dinâmica enfrentada pelos estudantes, que em sua grande maioria, frequentam a escola no período matutino e exercem atividades laborais nos períodos vespertino e noturno. É por meio das palavras chave “horário” e “tempo” que identificamos como o aumento nos períodos letivos para dar conta das trilhas e disciplinas eletivas propostas pela Lei 13.415/17, totalizando 1.000 horas anuais de carga horária, representa uma alteração na rotina desses estudantes. Conforme observado em:

Relato 04: “Eu achei muito ruim, principalmente porque foi aumentado as horas de estudo, o que é inútil, sem contar que acaba com o psicológico e sobrecarrega os adolescentes, ficam sem tempo para trabalhar ou fazer outras coisas (...).”

Relato 09: “O NEM prejudica os jovens nas áreas de trabalho pois muitos precisam trabalhar para ajudar a família, por conta do horário não conseguem, minha família acha ruim e quer que acabe logo.”

Relato 18: “O Novo Ensino Médio é um ataque a educação e as classes marginalizadas aos jovens trabalhadores, aos jovens que trabalham e como tentativa de elitizar o ensino público para termos cada vez mais mão de obra barata.”

Relato 30: “Só atrasa o nosso corre.”

Relato 43: “(...) a realidade é uma forma de acabar o ensino público, colocando o jovem em uma posição onde não haja espaço para opiniões e nem isso mostra a realidade da vida do adolescente brasileiro, que trabalha para ajudar o sustento da família (...).”

Ademais, observa-se uma grande discordância entre os relatos dos alunos e as propostas apresentadas pelo governo federal para a reestruturação do Ensino Médio. Conforme consta no site do Ministério da Educação, “[...] o ensino médio aproximará ainda mais a escola da realidade dos estudantes à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho” (BRASIL, 2016b, p. 01). Demonstrando uma narrativa que ilustra a ênfase na prevalência do aspecto mercadológico sobre o educacional, justificando as mudanças no sistema pelo pressuposto que, deveria aproximar a escola à realidade dos estudantes, contemplando os requisitos profissionais e as exigências do mercado de trabalho atual. Entretanto, observa-se que, na opinião dos estudantes há a evidência de um projeto político de elitização da educação básica, sobre a perspectiva de dificultar a permanência dos estudantes de baixa renda com obrigações alheias à escola. Além de, orientar o Ensino Médio em um eixo de preparação para o trabalho manual, acentuando uma formação para manutenção da produção de mão de obra barata.

CONCLUSÃO

Diante dos paradigmas contemporâneos de aprendizagem, a dinâmica vivenciada pelos alunos trabalhadores do ensino básico, observada através do presente trabalho, demonstra uma situação de ampliação das desigualdades, vide que, ao aplicar de forma compulsória um sistema que desfavorece a educação de modo geral, mas em específico as experiências das camadas de estudantes que ocupam de forma concomitante com suas rotinas de estudo, papéis laborais, formais ou informais, exemplifica o descaso com a qualidade, acesso e permanência e futuro da educação brasileira.

Ao final, concluímos que o Estado brasileiro, na conjuntura atual, não promove políticas efetivas de inclusão ao mundo do trabalho, à cultura e à educação, para os jovens da classe trabalhadora. O Novo Ensino Médio constitui, pelo contrário, uma política pública que desfavorece jovens expostos à dialética estabelecida entre escola e trabalho, decorrente, no caso analisado, em sua grande maioria, da necessidade de contribuição para a renda familiar.

Compreendemos assim, a necessidade de uma análise crítica do NEM, que é implantado na realidade brasileira em um cenário de desordem política e social, aproveitando-se do contexto político conturbado para promulgar um projeto de lei que toma forma sem considerar as opiniões da parte majoritária da população. Tornando assim possível realizar uma expressiva ampliação da carga horária, a fim de justificar “o interesse do setor privado em sua aprovação” (SILVA; BOUTIN, 2017, p. 524). Tal como, a consideração ampla vivência dos alunos trabalhadores, pautando as suas especificidades enquanto jovens.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Portal da

Legislação, Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 26 set. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular : educação é a base**. Brasília, DF: MEC, 2016b. Disponível em:
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 13 out. 2023.

FRANZOI, N. L.; FISCHER, M. C. B.; SILVA, C. O. B.; DE BARROS, A. B. M. The student worker in public school: A denied right?. **Education Policy Analysis Archives**, [S. l.], v. 27, p. 136, 2019. DOI: 10.14507/epaa.27.4068. Disponível em: <<https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/4068>>. Acesso em: 29 oct. 2023.

SILVA, Karen Cristina; BOUTIN, Aldimara Catarina. Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. **Educação**, [S. l.], v. 43, n. 3, p. 521–534, 2018. DOI: 10.5902/1984644430458.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **A Contribuição da Sociologia da Educação para a Compreensão da Educação Escolar**. Sociologia da Educação, 2009. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/169/3/01d09t03.pdf>>. Acesso em 02 nov. 2023.